

## DINÂMICA URBANO-TERRITORIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

André Cutrim Carvalho<sup>16</sup>

David Ferreira Carvalho<sup>17</sup>

Luis Otávio do Canto Lopes<sup>18</sup>

Auristela Correa Castro<sup>19</sup>

**RESUMO:** O presente artigo procura traçar uma análise histórica dos efeitos de inserção da Amazônia paraense no contexto internacional e nacional por intermédio das ações das políticas de articulação internacional e de integração nacional sobre a formação sócio-espacial da Amazônia Paraense, principalmente, dando destaque para a dinâmica urbano-territorial da mesma. A periodização adotada para descrever e analisar o processo de ocupação do espaço-território da economia paraense não segue o critério dos tradicionais ciclos de produtos, tais como o ciclo das drogas dos sertões, borracha, pecuária mineração, mas sim o critério da identificação das principais características dos padrões de ocupação e desenvolvimento econômico no espaço sócio-econômico que envolve determinações à formação do mercado nacional e do mercado internacional com a mediação do Estado. A principal conclusão é que o recente processo de urbanização da Amazônia Brasileira reflete, em parte, uma continuação do crescimento das cidades de Belém e Manaus, cada uma tornando-se um centro de uma ampla região metropolitana que irradia seus efeitos econômicos e culturais às cidades mais próximas.

**Palavras-chave:** Amazônia paraense; formação sócio-espacial; desenvolvimento econômico.

**ABSTRACT:** This article draws a historical analysis of the effects of insertion of ParaAmazonia in the international and national context through the actions of international policy coordination and integration on national socio-spatial formation of the Amazon Pará, mainly highlighting the dynamic urban-territorial thereof. The periodization adopted to describe and analyze the process of space-occupying the territory of Pará economy does not follow the criterion of traditional product cycles, such as the cycle of drugs the hinterlands, rubber, mining ranching, but the criterion of identifying the key characteristics of settlement patterns and economic development in the socio-economic space determinations involving the formation of the national market and international market with the mediation of the state. The main conclusion is that the recent urbanization of Brazilian Amazonia reflects, in part, a continuation of the growth of the cities of Belém and Manaus, each becoming a center of a large metropolitan area that radiates its economic and cultural impact on cities closer.

**Keywords:** Amazon State of Pará; socio-spatial formation; economic development.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>16</sup>Prof. Dr. da FACECON/UFPA. E-mail: [andrecc83@gmail.com](mailto:andrecc83@gmail.com); Telefone: 91-32468712 e 91-81434797

<sup>17</sup>Prof. Pós-Dr da FACECON/UFPA. E-mail: [david.fcarvalho@yahoo.com.br](mailto:david.fcarvalho@yahoo.com.br),

<sup>18</sup>Prof. Dr. do NUMA/UFPA. E-mail: [docanto@ufpa.br](mailto:docanto@ufpa.br)

<sup>19</sup>Especialista PCEDR/UFOPA. E-mail: [auristelacastro@gmail.com](mailto:auristelacastro@gmail.com)

As políticas de ocupação territorial da Amazônia têm passado por mudanças no decorrer dos anos. No período colonial, a política militar de ocupação territorial dos portugueses teve como objetivo garantir o domínio patrimonial dessa parte da América Portuguesa (hoje conhecida por Amazônia) depois validado pelo Tratado de Tordesilhas. Depois, no ciclo das drogas do sertão, política de ocupação ficou restrita a colonos que, com os índios mansos das missões religiosas, exploravam as riquezas naturais da floresta amazônica. Com o fim do ciclo das drogas, o ciclo da borracha atrai milhares de nordestinos que vão ocupar as extensas áreas de seringais, inclusive incorporando uma parte do território boliviano que originou o atual Estado do Acre. Além disso, houve uma política deliberada de emigração japonesa para os Estados do Amazonas e Pará.

No entanto, somente a partir dos anos 60 do século XX é que há uma política deliberada voltada para a ocupação humana e econômica do território da Amazônia Legal. A finalidade dessa ocupação territorial visava não só dar uma resposta a “cobiça internacional” na época da guerra fria, quando ainda dominava a política de defesa da soberania nacional dos militares, como também evitar o enfrentamento com os trabalhadores das “Ligas Camponesas do Nordeste”, que lutavam pela reforma agrária, atraindo-os para os projetos de colonização na Amazônia Paraense.

Na fronteira externa da Amazônia brasileira, com os países vizinhos da Pan Amazônia, a política de ocupação da fronteira, baseada na ideia das “fronteiras vivas”, foi executada por meio da criação de comunidades rurais e postos militares avançados. Além disso, a construção da grande Rodovia “Perimetral Norte” consolidaria essa política de ocupação na medida em que permitiria o deslocamento rápido de toda a logística militar e isso fosse necessário. A estratégia de articulação dos pólos de desenvolvimento da Amazônia é definida pela nova política de ocupação, levada a efeito no governo FHC através do Programa Avança Brasil, teve como finalidade reduzir o “Custo Brasil” por meio da logística dos chamados “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” – os ENID’s.

Os ENID’s estavam em sintonia com os preceitos da moderna geoeconomia e da logística como base para o estabelecimento de uma estratégia de conquista de mercados por empresas associadas ao Estado. No plano externo, a busca da integração da Amazônia com os países vizinhos se daria através da construção de duas rodovias: uma ligando Roraima a

Venezuela e outra ligando o Acre ao Peru, de forma a propiciar uma saída das mercadorias das empresas brasileiras através do oceano pacífico para os mercados dos países asiáticos (China, Índia, Japão e outros). O importante dessa iniciativa foi o retorno do planejamento do governo em parceria com o setor privado através de novos gastos de investimentos em infraestrutura econômica.

Nestes termos, o objetivo fundamental do presente artigo é estruturar uma análise histórica dos efeitos de inserção do Estado do Pará, também chamado de Amazônia paraense, em um contexto (inter)nacional por intermédio das ações das políticas de articulação internacional e de integração nacional sobre a formação sócio-espacial do Pará, com destaque sobre o processo de urbanização.

Na Amazônia, costuma se empregar a expressão articulação comercial da Amazônia com o mundo europeu para caracterizar a fase conhecida por exclusivo metropolitano português quando os produtos extrativos vegetais coletados eram exportados para o exterior. A fase da articulação comercial cobre o período colonial da economia das “drogas do sertão” até o período republicano do auge, crise e decadência da economia da borracha.

Depois vem a fase da integração comercial com o intercâmbio comercial da Amazônia com o resto do país que vai da independência até o final de 1940, sendo que a partir da década de 1950 começa a busca pela integração nacional sob a mediação do Estado nacional com a fase da integração produtiva (industrial) que vai até o final de 1985. Por fim, segundo Guimarães Neto (1986) com a nova república e a globalização produtiva e financeira do mercado mundial, começa a fase da integração competitiva que vai aumentar as relações comerciais e econômicas da Amazônia com o resto do mundo.

A periodização adotada para descrever e analisar o processo de ocupação do espaço-território da economia paraense não segue o critério dos tradicionais ciclos de produtos – ciclo das drogas dos sertões, ciclo da borracha, ciclo da pecuária, ciclo da mineração – mas sim o critério da identificação das principais características dos padrões de ocupação e desenvolvimento econômico no espaço socioeconômico – articulação comercial internacional, integração comercial, integração produtiva ou industrial e a integração competitiva – que envolve determinações à formação do mercado nacional (fatores internos) e do mercado

internacional (fatores externos) e a mediação do Estado. Não obstante, a análise pretendida se restringe apenas as fases da integração comercial, produtiva e competitiva.

Nesse contexto, o presente artigo foi estruturado em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, busca-se introduzir alguns elementos conceituais da geografia nova; na segunda seção são discutidos os processos de integração do mercado nacional em suas fases de integração comercial, produtiva e competitiva; e, por fim, na última seção, completa-se a análise examinando as características da urbanização na Amazônia paraense.

## **1. A AMAZÔNIA COMO FORMAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL: CONCEITOS DA GEOGRAFIA NOVA**

A geografia física e a geografia econômica quantitativa têm como referência para a definição do padrão de ocupação e desenvolvimento regional a idéia de um espaço-território imutável, isto é, não é levada em conta a dinâmica das mudanças espaciais historicamente determinadas. A geografia nova toma a dimensão humana como referência, mas dentro do contexto histórico da evolução do modo de produção capitalista em suas relações sociais e avanço de suas forças produtivas capitalista no espaço de produção de produção e circulação de mercadorias entre a economia internacional e nacional. Por isso, talvez, a referência mais indicada para servir de base para descrever o processo evolutivo da base produtiva no espaço-território da economia paraense, sejam os conceitos formulados por Santos (1978) no seu clássico livro “Por uma Geografia Nova”.

A caracterização dos padrões de ocupação e desenvolvimento da região amazônica pressupõe a existência histórica de um modo social de produção humana historicamente determinada – o modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista, desde sua origem na Inglaterra, erigiu-se com base na propriedade privada – que historicamente opõe a exploração da natureza pelo homem – e numa relação social de produção, comercialização e distribuição de mercadorias mediadas por intermédio da moeda – que historicamente opõe a exploração do homem pelo homem – que é organizada num tipo de cooperação realizada com base na divisão do trabalho (que aumenta a produtividade do trabalho), mas que se sustenta na exploração do trabalho alheio opondo, assim, os interesses entre a classe capitalista

(possuidora dos meios de produção) e os trabalhadores (que possuem apenas a sua força de trabalho).

É neste contexto histórico que se pretende explorar alguns dos diversos ensinamentos legados por Milton Santos para situar o recente processo histórico da ocupação humana e do desenvolvimento econômico na Amazônia brasileira, em particular na Amazônia paraense. Na visão de Santos (1978, p. 161-163):

O ato humano de produzir produtos é igualmente um ato de produzir espaço. Toda a produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, por meio das técnicas e os instrumentos de trabalho inventados para produzir de bens e serviços. A atividade de produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis.

Toda inovação tecnológica é, de certo modo, revolucionária quanto ao comando da criação de espaço pelo homem. A forma de apropriação dos elementos da natureza pelo homem está sujeita aos tipos de relações de propriedades que também definem as relações sociais de produção, o que significa que o critério de periodização aqui adotado pressupõe a existência de uma totalidade social em escala planetária na qual os fatores internos (economia nacional) e externos (economia internacional) e a interação entre eles afetam a forma de ocupação e desenvolvimento de uma região, como a Amazônia, com sua herança histórica.

Na verdade, foram às empresas transnacionais os vetores responsáveis pelo transplante do modo social de produção e de consumo de massa capitalista para todas as regiões do globo terrestre. De acordo com Santos (1978, p.167-171):

Com a globalização do consumo de massa, a Amazônia paraense se inseriu na divisão internacional do trabalho como uma região fornecedora de insumos e produtora de bens, com certo grau de elaboração para os mercados, nacional e internacional, e ávida consumidora de bens de consumo.

É a partir dessa totalidade social, que é a universalização do modo de produção capitalista em escala planetária, que se pode procurar identificar e analisar os aspectos relevantes que caracterizam os estágios históricos da evolução da Amazônia paraense. Mas, mesmo considerando a importância do conceito de totalidade social, não se pode estudar o

todo pelo todo, pois o risco da tautologia estaria sempre presente, e pode-se, sem dúvida, tratar um dos aspectos de uma forma privilegiada.

Seria, entretanto, um erro formidável considerar a renda da terra, ou a forma tomada pela mais-valia, ou a expressão geográfica da luta de classes, ou o papel ideológico da arquitetura e do urbanismo, etc., como se cada uma dessas categorias não se apresentasse como o que ela realmente é, quer dizer, um momento histórico da realidade total, isto é, uma estrutura subordinada e autônoma ao mesmo tempo, autônoma pelo fato de estar dotada de determinações que lhe são próprias, lembra Santos (1978).

O conceito de formação sócio-econômica de Karl Marx se presta para analisar – no âmbito de uma nação ou de uma região – a dinâmica das relações sociais existentes entre os vários modos de produção subordinados ao modo de produção dominante. Santos (1978, p. 191) faz uma interessante observação quando diz:

Quanto às Formações Socioeconômicas, podia imaginar-se que essa categoria seria melhor utilizada quando os países fossem dotados de autonomia interna e externa. A verdade, no entanto, é diferente. Quanto, em nosso tempo, os processos propriamente “internos” de produção se externalizam e a produção “exterior” se internaliza, temos como nunca antes, um agravamento das dependências, e ao mesmo, as estruturas socioeconômicas nacionais se tornam, bem mais individualizadas, extremamente diferentes um das outras.

Além disso, e igualmente como na criação das colônias, foi uma necessidade para a expansão do capitalismo no final do século XIX, a presença de um Estado (como ator soberano em seu território-nacional) atribui à formação sócio-econômica um quadro político, jurídico, fiscal, financeiro, econômico e social definidor de uma estrutura orgânica própria do Estado-Nação. Ocorre que o Estado Nacional para proteger as empresas localizadas em seu território tem que dispor de um conjunto de mecanismo e instituições para se opor ao poder as empresas transnacionais responsáveis pela globalização do capitalismo contemporâneo em escala planetária.

Hoje, o mundo globalizado se apresenta aos seus observadores como algo difícil de compreender quando desarmados dos ensinamentos históricos legados por Marx. O Estado Nacional, frente ao processo de globalização do capital, é o único ator capaz de impedir os



efeitos destrutivos dos grandes conglomerados industriais sobre a estrutura industrial conquistada pelos países emergentes.

A inserção teórica do espaço-território em uma formação sócio-econômica gestou o conceito de formação sócio-econômica espacial. Assim, o conceito de formação sócio-espacial, criado e desenvolvido por Santos (1978, p. 195-197), parece ser adequado para ocupar-se do “espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, regional e local”. A noção de formação sócio-econômica espacial oferece uma ampla possibilidade de perceber a acumulação de capital em suas distintas formas de capital comercial, industrial e financeiro no espaço-território.

Em uma formação sócio-espacial, o espaço-território não é apenas um mero reflexo do modo de produção dominante atual simplesmente porque é a memória dos modos de produção pretéritos. De fato, a atual economia mundial, dominada pelo modo social de produção capitalista, produz e realiza uma diversidade mercadorias e ativos que seguem uma determinada ordem histórica, uma história cuja trajetória engloba a totalidade dos países capitalistas. É através de cada formação social existente num mundo globalizado que se cria e recria, em permanente mudança das forças produtivas, “uma ordem espacial-territorial de objetos que é paralela à ordem econômica, social, política cultural e ambiental, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela”, dizia Santos (1978, p. 192).

A geografia humana, assim revitalizada por Santos (1978), é uma nova disciplina que estuda as estruturas das formações sócio-espaciais – por exemplo, a Amazônia paraense – mas tendo em conta que o desigual desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção e de troca se realizam no espaço-território. Logo, a história da produção material e a história do espaço humano de uma realidade nacional ou mesmo regional completam-se numa única história: a da sociedade capitalista global manifesta na especificidade histórico-espacial de cada Estado nacional.

## **2. A INTEGRAÇÃO NACIONAL DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA PARAENSE**

A grande depressão dos anos 30 nos EUA, que causou uma crise internacional sem precedentes nas economias nacionais e no comércio internacional dos países da América Latina, é um marco histórico das transformações que iriam ocorrer em todas as regiões

brasileiras. A II Guerra Mundial foi importante à superação da crise norte-americana, e a fase seguinte, conhecida como os Anos Dourados do capitalismo, não só permitiu a tomada de consciência do atraso em que se encontravam as economias latino-americanas, sobretudo pela CEPAL, como também possibilitou a industrialização tardia de alguns países do continente do Sul-Americano. No caso do Brasil, como consequência da industrialização concentrada em São Paulo, o arquipélago de “ilhas econômicas” regionais isoladas enfrentou a invasão dos baratos de bens de consumo da indústria paulista.

O esgotamento definitivo da internacionalização da economia da borracha só veio ocorrer com o fim da II Guerra Mundial. De fato, os “Acordos de Washington” firmados entre Brasil-EUA deram origem ao Programa Emergente do Governo Federal – conhecido como a “Batalha da Borracha” cujo principal objetivo era aumentar à produção da borracha natural resultante do conflito internacional pelo controle estratégico dessa matéria-prima – que acabou dando uma sobrevida à economia da borracha, sobretudo no Acre.

A partir das sucessivas crises ocorridas nas regiões agroexportadoras de *commodities* agrícolas, como implicação direta da contração do comércio exterior e do avanço da industrialização restringida – que tem curso, grosso modo, entre 1930-1954 – consolidou-se uma integração comercial, sobretudo com o fim das barreiras fiscais, entre o centro (São Paulo) e as regiões da periferia. A industrialização restringida concentrado no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, vai se constituir a base material à consolidação de um mercado nacional de bens e serviços às empresas paulistas cuja escala regional logo é transformada em empresas de escala nacional. [Mello (1982); Cano (1985); Guimarães Neto (1986)].

Neste contexto, a indústria paulista concentrava escala e tecnologia suficiente para que os seus produtos pudessem competir com vantagens competitivas com as indústrias locais de menor escala e tecnologicamente mais atrasadas das demais regiões que permaneceram especializadas na produção ou extração de *commodities*, tais como o açúcar, algodão e borracha. Nesse ambiente competitivo, molda-se uma nova estrutura produtiva nas demais regiões do Brasil por conta de uma nova divisão inter-regional do trabalho liderada pela indústria paulista que ajustou a sua estrutura produtiva e ao mesmo tempo promoveu a



emergência de atividades complementares às suas ou expandiu outras atividades com vantagens competitivas nas demais regiões.

Com o fim da II Guerra Mundial, o novo ciclo da economia da borracha, tendo como suporte os “Acordos de Washington”, entra em definitiva decadência nos anos 40. A partir de 1948, a Amazônia paraense sofreu uma prolongada estagnação econômica e um relativo isolamento comercial que durou até o início da década de 50. Durante esse período, o governo federal não teve uma presença ativa na Amazônia paraense. Não obstante, a partir de 1953 tem-se uma nova forma de atuação do Estado na Amazônia paraense com a presença do governo federal através da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), localizada em Belém no Pará.

Daí em diante, a SPVEA ficou encarregada de elaborar e executar o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” que tinha como propósito promover o desenvolvimento da economia por meio do suporte financeiro às atividades dos setores produtivos (agricultura e indústria) e infra-estruturais (saúde, saneamento, educação, comunicação, transporte e energia).

Para viabilizar financeiramente esse plano de valorização foi instituído um Fundo Público da Amazônia – com recurso orçamentário igual a 3% do total dos impostos federais complementados com igual percentual do total dos impostos dos estados e municípios da região Norte – com duração de 20 anos. Contudo, a implementação da política regional de valorização da Amazônia, em particular da Amazônia paraense, fracassou porque esses recursos não chegaram a ser transferidos.

A importância comercial das cidades de Belém e Manaus, como entrepostos para a venda de produtos rurais, acaba atraindo investidores industriais que passaram a introduzir as indústrias naturais – ou seja, aquelas indústrias que criavam mercado para as matérias-primas de produtos extrativos e agrícolas regionais – que passaram beneficiar e mesmo transformar insumos extrativos e agrícolas, a exemplo dos sapatos, capas e botas feitas a partir da borracha natural. “Também foram instaladas nessas cidades algumas indústrias artificiais – indústrias que utilizavam bens importados como insumos – de bens de consumo não-duráveis, a exemplo da indústria de bebidas e de confecções”, segundo Castro (1975, p.95-98).

Por fim, cabe observar que a formação histórica da estrutura econômico-espacial constituída, neste longo período, caracterizava-se por uma hierarquia de cidades comandada por Belém e Manaus – cidades comerciais que funcionavam como verdadeiros entrepostos comerciais para as cidades do *hinterland*. Costa (1979) afirma que depois essas duas grandes cidades tropicais se transformaram em centros especializados de prestação de serviços e intermediários comerciais financeiros entre as áreas de produção primária e os mercados nacionais e internacionais.

### **2.1. A Integração Produtiva da Amazônia Paraense**

Entre 1956-1961 o processo da industrialização pesada culmina com a formação do núcleo pesado da indústria brasileira, compreendendo as indústrias pesadas de bens de consumo duráveis e de bens de capital. (Mello, 1982) A constituição do núcleo pesado da indústria brasileira vem acompanhada da formação da grande empresa industrial e da consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais (privados e estatais) e a presença da empresa transnacional. Daí em diante, entretanto, tem curso um processo de integração produtiva que se caracteriza pela transferência de capitais industriais do centro econômico (São Paulo) para as demais regiões da periferia nacional, como observam: Cano (1985) e Galvão (1991).

Nestas condições, a expansão da urbanização, como uma consequência da industrialização, ocorre também em todas as capitais do centro polarizador – o Sudeste. Com isso, há um aumento concentrado da demanda por bens e serviços que acaba induzindo, como resposta, um aumento dos fluxos de produção, comercialização e distribuição de mercadorias da periferia para o centro. Por sua vez, o transporte de mercadorias por cabotagem e depois por meio de rodovias e ferrovias vai contribuir para que as exportações dos bens industriais do parque industrial paulista conquistem os mercados regionais até então cativos das indústrias artesanais das regiões da periferia.

A concentração industrial e agropecuária em São Paulo conformou uma estrutura produtiva e comercial ampla e moderna o suficiente para liderar a formação e consolidação do mercado nacional de bens e serviços no Brasil. Na esteira da concentração industrial e da crescente urbanização em São Paulo, seguiu-se uma torrente de fluxos migratórios humanos

das regiões periféricas em direção à grande metrópole paulista. Partindo dos estados das regiões nordeste, norte e de Minas Gerais, esses fluxos migratórios vão contribuir à formação de mercado nacional de trabalho. Por fim, as decisões políticas do Estado nacional foram fundamentais para a alocação espacial dos investimentos públicos na indústria de base e na infraestrutura econômica.

Por seu turno, as novas frentes empresariais de investimentos do capital industrial em outras regiões do país visavam capturar espaços econômicos nacionais ou regionais fora dos grandes centros industriais. A disponibilidade de recursos naturais e, principalmente, a atuação do Estado Nacional com a sua geopolítica de integração nacional com vista à constituição de amplo mercado continental foram os fatores determinantes dessas transferências de capitais que acabaram moldando uma nova divisão inter-regional no territorial brasileiro.

No ano de 1968, com a presença do autoritário regime político-militar, tem início uma nova fase do planejamento governamental (I e II PND) à continuação da política de integração nacional da economia paraense. A nova estratégia de intervenção do regime militar do governo Garrastazu Médici substitui a política de integração nacional do tipo centro-periferia – uma integração sudeste-norte – por uma estratégia de integração regional do tipo periferia-periferia – integração norte-nordeste – por meio da construção da rodovia Transamazônica ligando o nordeste – a cidade de João Pessoa-PB – passando por Marabá, Altamira e Itaituba, todas no Sudeste do Estado do Pará.

A ideia básica dessa política de ocupação era de neutralizar a luta pela reforma agrária no nordeste, conduzida pelas “ligas camponesas”, com a transferência dos “homens sem terras para as terras sem homens”, como ficou conhecido o slogan do governo militar da sua política de ocupação da Amazônia paraense por meio dos “projetos de colonização agrícola”, para pequenos produtores familiares, ao longo da rodovia Transamazônica e nas cidades de Altamira, Marabá e Itaituba no Pará. Além dessa política de ocupação, foi criada paralelamente uma política nacional de desenvolvimento regional voltada para a atração de empresários do sul-sudeste para a economia paraense por meio dos incentivos fiscais e financeiros.

Com o II PND tem início uma nova política nacional de desenvolvimento regional que visava à integração da Amazônia Oriental, sobretudo da economia do Pará, por intermédio da

exploração dos seus recursos naturais através dos chamados grandes projetos agropecuários, industriais, minerais e energéticos. Na formação sócio-espacial da Amazônia paraense, os projetos industriais sofreram uma forte concorrência por incentivos fiscais e financeiros dos projetos agropecuários e de mineração.

No caso da agropecuária paraense, o móvel principal do uso do crédito fiscal-financeiro, além dos gastos de investimento em atividades produtivas, foi à aplicação de recursos na compra e venda de terras para fins especulativos do que resultou o aumento da grilagem e da violência rural decorrente da luta pela terra no Pará. Ademais, além do baixo grau de internalização da renda e da geração do emprego na economia paraense, as indústrias extrativas minerais, as indústrias metalúrgicas e siderúrgicas não geraram os efeitos esperados de *linkages* “para trás” e “para frente” para criar as condições técnicas à formação de cadeias produtivas industriais e o “enraizamento” produtivo necessário com o restante das atividades da economia paraense como deveria funcionar uma indústria regional complementar ao parque industrial nacional.

No Estado do Pará, a consolidação do complexo minero-metalúrgico-siderúrgico não promoveu os “efeitos para trás” porque já produz bens primários de baixo valor agregado; quanto aos “efeitos para frente”, estes não ocorreram já que essa indústria destina quase toda a sua produção à exportação – o que configura uma típica indústria de “enclave de exportação”. No caso do Amazonas, por sua vez, o complexo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM), apesar de ser uma indústria de padrão tecnológico avançado, pode ser considerada uma indústria de “enclave de importação” com baixo nível de inserção produtiva com o restante das atividades da economia amazonense.

A constituição da estrutura industrial brasileira em bases capitalistas, embora de um capitalismo tardio, trouxe consigo uma nova dinâmica cíclica à economia brasileira – com o auge do ciclo expansivo entre 1968-1973, a fase do “milagre econômico; a desaceleração na segunda metade dos anos 70, entre 1974-1979, o Brasil potencia mundial do II PND; e a longa crise de instabilidade e aceleração da inflação, nas duas décadas de 80 e 90 – acabaram projetando os seus efeitos nas economias regionais.

## **2.2. Integração Competitiva da Amazônia paraense**

Os anos 90 inauguram uma nova mudança no comportamento do capitalismo mundial marcado pelo discurso neoliberal com o suporte das instituições internacionais: O FMI e Banco Mundial. De acordo com o ideário do “Consenso de Washington”, o gigantismo do Estado teria de ceder espaço ao domínio do mercado. O debate sobre o tamanho do Estado produziu uma série de propostas que visava substituir o Estado interventor por um Estado regulador, inclusive a privatização de empresas estatais e a extinção das agências de desenvolvimento regional (SUDAM e SUDENE) e a criação de agências reguladoras.

Nos anos de 1990, por força das circunstâncias internacionais, tem início a intensa inserção da economia brasileira num contexto político-institucional de uma economia mundial globalizada. A globalização assume várias formas – a comercial, a industrial e a financeira – num processo de internacionalização dos mercados tendo os conglomerados transnacionais como os principais vetores desse processo. Este processo de globalização ocorre num ambiente de crise do regime acumulação fordista e de uma reestruturação tecnoindustrial conduzida pela revolução da microeletrônica.

De acordo com Araújo (1999, p.324-325):

Neste ambiente dos anos de 1990, tem início novas escolhas estratégicas definidas pelas aberturas comerciais e financeiras, iniciadas pelo governo Collor e aprofundadas pelo governo FHC, que levam a uma forte competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro por parcelas do mercado doméstico.

A concorrência no mercado de bens e serviços, tornou-se favorável ao centro dinâmico em detrimento das regiões da periferia, sobretudo das regiões Norte e Nordeste. Os governos estaduais dessas regiões reagem desencadeando uma “guerra fiscal” como estratégia de política estadual para atrair novos investimentos de empresas nacionais ou de empresas estrangeiros a custas de incentivos fiscais que implicavam em perdas de receita tributária por um longo período. A prioridade à integração competitiva revela outra opção estratégica que vai avançando de forma cada vez mais evidente como política regional de médio prazo.

Essa integração competitiva é a opção neoliberal de uma inserção subordinada aos interesses do grande capital internacional que sabe, de antemão, que as empresas brasileiras têm

poucas chances de competir como empresas globais. O governo FHC, ao invés de priorizar a busca pela consolidação da política de integração nacional com vistas à constituição de amplo mercado nacional-regional, processo este que vinha sendo perseguido pelos governos anteriores, passa a priorizar a inserção das empresas nacionais e regionais mais competitivas no mercado mundial.

Do ponto de vista da dinâmica regional, tal opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos brasileiros possuidores de empresas regionais mais competitivas o suficiente para penetrar com mais rapidez no mercado mundial ou com capacidade de resistir economicamente ao choque de competição praticado nos anos 90 no Brasil.

Quando o Estado nacional define os seus projetos, sem considerar este aspecto da realidade brasileira, os resultados podem ser desastrosos do ponto de vista do projeto nacional de integração regional. É preciso observar que o Brasil é um país-continente com uma ampla diversidade regional e sub-regional. Portanto, não é correto tratar desiguais igualmente, e esse é o erro frequente que a burocracia de Brasília comete quando formula e tenta implementar, sem considerar os atores regionais, uma política nacional de desenvolvimento regional sem contemplar essa diversidade regional.

O programa “Brasil em Ação” do governo FHC definiu, para o período entre 1996-1999, um elenco de projetos de investimentos em infraestrutura através dos chamados “Eixos de Integração” que envolvia a articulação da Amazônia. A opção estratégica deste programa visava à inserção dos espaços dinâmicos da região ao mercado exterior, sobretudo ao MERCOSUL, de acordo com a política de integração competitiva. O plano descartava uma visão mais articulada do planejamento regional e se recusava a adotar políticas para as áreas que tinham ficado fora da política de inserção subordinada ao mercado globalizado.

As novas forças derivadas do mercado impactam a dinâmica regional brasileira na medida em que mudaram a tendência à modesta desconcentração regional que vinha ocorrendo desde o II PND. Enquanto isso, o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira nas décadas de 80 e 90 é comandado por alguns “espaços dinâmicos” localizados nas mais diversas regiões do Brasil; enquanto, de outro lado, outras regiões sofriam os efeitos adversos da inserção subordinada por não se enquadrarem dentro do padrão competitivo



internacional ou ainda por estarem sendo submetidas aos processos de reestruturação produtiva, lembra Araújo (2000, p.326-327).

### **2.3. Crescimento econômico na fronteira amazônica**

Reexaminando os novos polos de desenvolvimento das fronteiras da Região Norte crítica à visão dos neoliberais que tendiam a ver os investimentos nas áreas de fronteiras de recursos naturais um produto dos incentivos fiscais e subsídios artificiais criados pelo Estado. Investimento público a fundo perdido, equalização de tarifas públicas em todo o território nacional e a concessão de créditos em condições favorecidas explicariam a expansão de áreas supostamente incapazes de vencer pelo meio do mercado. Os economistas que labutam com a economia regional, por outro lado, sabiam de algum tempo que o mercado por si só não distribui de maneira equilibrada as atividades econômicas numa formação sócio-espacial de dimensão continental, a exemplo do Brasil, e, por isso, apoiam a intervenção complementar do Estado.

Na discussão sobre a política nacional de inserção regional na economia global, em bases de uma integração competitiva, em que Pacheco (1998) chama atenção para a necessidade de políticas nacionais de proteção regional em face da fragilidade tecnológica das empresas regionais para enfrentar uma concorrência com as empresas transnacionais globais.

Percebe-se, portanto, que através do discurso neoliberal uma formulação perversa contra as políticas regionais por vários motivos, com destaque para os seguintes: primeiro, a inserção da economia brasileira no contexto da globalização requer o enfrentamento das disparidades regionais com a intervenção do Estado nacional por meio de políticas públicas pró-ativas de âmbito nacional-regional, sobretudo em infraestrutura econômicas, sociais e tecnológicas; segundo, esse enfrentamento também requer uma política nacional de desenvolvimento regional com ações setoriais, sobretudo destinadas à indústria e a agropecuária, voltadas para amparar a competitividade das estruturas regionais especializadas.

Diniz e Crocco (1994) afirmam que os economistas regionais preocupavam-se com a provável reconcentração regional que poderia resultar do predomínio absoluto da lógica de mercado, como o único mecanismo alocativo, sobretudo com a abertura escancarada do mercado brasileiro. Na melhor das hipóteses, havia o receio de que a acentuada concorrência decorrente da abertura do mercado doméstico a produtos estrangeiros levados a cabo nos

governos Collor e FHC, sem nenhuma salvaguarda de natureza regulatória, juntamente com o declínio dos investimentos públicos nas regiões da periferia brasileira, reforçaria mais a atratividade ao longo dos eixos nacionais que partem de São Paulo em direção à periferia mais próxima.

Nesta hipótese, “o crescimento industrial e com ele a reconcentração regional se daria no âmbito regional do Grande Polígono do Sudeste, o que deixaria à margem a quase totalidade de algumas sub-regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, Araújo (1995). A política nacional de descentralização federativa do Estado nacional durante os anos 90, deixando os estados subnacionais a sua própria sorte, também estimulou a disputa por investimentos privados por meio da “guerra fiscal”.

Na visão de Pacheco (1998), o risco de uma inserção submissa do Brasil na economia global, dominada pelas empresas transnacionais, é o aprofundamento das desigualdades intrarregionais com o aparecimento de novos bolsões de pobreza em áreas anteriormente prósperas. Aos novos fatos e tendências econômicas mais relevantes associaram-se novas tendências geo-espaciais: umas são concentradoras e outras desconcentradoras.

De fato, a própria realidade mundial é portadora de grandes diferenciações e particularidades que são usadas pelos atores globais (empresas multinacionais) quando formulam suas estratégias de negócios em cima das particularidades contidas no espaço – em tal lugar em cima da mão-de-obra abundante qualificada ou em outro lugar onde as externalidades em termos de infraestrutura econômica (energia, transporte e telecomunicações fazem a diferença) e social (educação, saúde e pesquisa e desenvolvimento). Na visão de Araújo (2000, p.275-280):

Os principais atores da globalização – os grandes conglomerados transnacionais – tentam impor certa homogeneização estabelecendo assim um único padrão competitivo para o mercado internacional – baseado em mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta – o que implica reproduzir o conflito entre os atores globais e os atores regionais e locais.

Para Pacheco (1998) a fragmentação do espaço econômico regional, ocorrida nos anos 80 e 90, seria o resultado da longa recessão econômica deste período, como consequência da política de concentração da demanda interna e da importância assumida pelas exportações

para gerar divisas para o pagamento dos juros e amortização da dívida externa contraída durante e depois do II PND.

Não obstante, apesar da importância do setor exportador nos anos 80, como resposta aos estímulos fiscais, creditícios e cambiais proporcionados pelo Estado Nacional, não deve ser esquecido que o crescimento da economia brasileira ainda depende do comportamento da demanda efetiva dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis e não-duráveis, além dos investimentos públicos. É no âmbito da acumulação de capital desses setores que é decidida a dinâmica cíclica do crescimento econômico do país como um todo, e das regiões por meio das relações de complementaridade setorial-regional, e não apenas com base na demanda externa.

Neste aspecto, receio ser precipitado se falar em processo de fragmentação da economia nacional, como sugere Pacheco (1998), pelo fato de algumas regiões especializadas na exportação de *commodities* estarem tendo melhor inserção competitiva no mercado internacional ou ainda porque outras porções regionais estarem se beneficiando dos investimentos privados (nacionais ou estrangeiros) resultantes da “guerra fiscal” entre os estados subnacionais. Cano (1986), também, considera prematura a tese da fragmentação do espaço nacional na medida em que são ainda fortes os elos econômicos-espaciais entre o núcleo da acumulação econômica e financeira – a cidade de São Paulo – e a periferia da economia brasileira, ainda, permanece integrados.

Com a globalização, observa-se uma tendência dos investimentos em plantas industriais de alta tecnologia e a exigência de capital humano a se concentrar nos centros urbanos dinâmicos da região do Sudeste. Nota-se que, a partir do ano de 1995, a distribuição do PIB regional por setor da economia aponta para uma mudança da qualitativa do processo de desconcentração regional que prossegue como decorrência do aumento das taxas de crescimento das regiões da periferia.

As mudanças nos padrões tecnológico e gerencial, a reestruturação produtiva espacial e as políticas de apoio às empresas competitivas exportadoras apontam no sentido de uma reconcentração seletiva urbano-industrial nos grandes centros urbanos do polígono do Centro-Sul – Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São Jose dos

Campos – excluía a grande região metropolitana de São Paulo. No entanto, a exclusão comercial dos estados da Região Norte não é tão desesperador como alguém poderia pensar.

De fato, contrariando os argumentos neoliberais, diversos autores apresentam alguns fatos que devem ser considerados para explicar a mudança qualitativa na fronteira brasileira: primeiro, a produção de grãos e de carne bovina em grande escala, usando técnicas modernas e amplamente dominadas pelos empresários, vem crescendo nas regiões de fronteiras do Centro-Oeste e na Amazônia Legal com nítida vantagem competitiva quando comparada com as zonas produtoras tradicionais do Brasil.

Além desses fatores, atua em favor da competitividade agropecuária das áreas de fronteiras o baixo preço da terra e a escassa ocupação previa das terras. As regiões de fronteiras, por outro lado, têm normalmente atraído à mão-de-obra necessária para as suas atividades agropecuárias, selecionando essa força de trabalho a partir de outras regiões do país. No caso da produção de carne bovina na Amazônia paraense, está em curso o processo de verticalização da agroindústria.

A fronteira mineral do Pará vem criando novos enclaves que se distinguem dos enclaves tradicionais – em geral comandados por empresas estrangeiras – por duas razões: a primeira porque essas economias minerais concentradas estão sob o controle de empresas nacionais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) hoje uma empresa de porte multinacional; a segunda porque vem sendo adotada uma estratégia de verticalização industrial que já culminou com a constituição da cadeia produtiva básica – no caso da indústria de alumínio metálico – e que vem tendo prosseguimento “para frente” com a instalação de outros elos da cadeia industrial, a exemplo da indústria de móveis de alumínio e da indústria de fios de alumínio para a rede elétrica de alta tensão.

Do ponto de vista do mercado de *commodities* minerais, o elevado teor de pureza dos minérios da Grande Província Mineral de Carajás e a logística do sistema de transporte ferroviário-marítimo, ligando a minas do Pará ao porto de Itaqui no Maranhão e deste aos portos dos grandes países demandantes de ferro-gusa, tiveram como resultado prático o aumento das exportações de *commodities* com valor agregado mais elevado do que as exportações de minérios brutos como ocorriam no passado recente.

A dinâmica econômica das regiões de “fronteiras de recursos”, como a Amazônia paraense, não pode mais deixar de ser considerada nas análises sobre o desempenho da

economia brasileira. De fato, no caso específico do complexo industrial mínero-metalúrgico-siderúrgico localizado no território da economia paraense, vem também ocorrendo o processo de verticalização industrial do ferro, alumínio e de outros minérios (ouro, cobre, prata, níquel, caulim), com o diferencial competitivo por possuírem alto teor de pureza, constituindo-se assim as primeiras cadeias produtivas industriais produzindo *commodities* de mais alto valor agregado.

Portanto, é lícito concluir que, à medida que a logística do transporte multimodal for consolidada na Amazônia paraense e adjacências, a indústria mineral poderá atingir níveis mais altos de elaboração produtiva, de forma a contribuir à geração de emprego e renda na região.

### 3. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Da dinâmica regional mais intensa desde os anos 70, tendo o Estado nacional a frente das ações que redundaram no processo de ocupação e desenvolvimento do território da Amazônia paraense mais recente, derivou os processos de urbanização com a criação de novas cidades e a transformação de outras tantas. Neste sentido, a Amazônia paraense precisa ser lida também como uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas existentes.

Hobsbawm (1979, p. 222) faz uma interessante observação quando analisa a “Era do Capital”, durante a fase do nascimento do capitalismo industrial inglês:

A cidade foi sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro, sendo que a principal diferença existente entre uma pequena cidade tradicional e uma grande cidade, quer dizer um grande aglomerado humano chamado metrópole, não é exatamente ela ser um grande centro industrial, embora possa conter um bom número de fábricas, mas mais precisamente por ser a metrópole urbana um grande centro de comércio de toda ordem, de transporte, de administração e de uma multiplicidade de serviços pessoais e coletivos que uma grande concentração humana atrai.

De fato, na medida em que avançava a industrialização nas áreas urbanas, este processo passou a exigir respostas complementares nas áreas rurais como consequência da modernização da agricultura. A modernização dos países europeus também gerou êxodo rural,

porém seu impacto nas cidades pode ser suavizado: primeiro porque padrão industrial foi capaz de absorver boa parte do êxodo rural; segundo porque o grande fluxo de emigração europeia para o “novo mundo” conseguiu enxugar parcela significativa do excedente demográfico.

Além disso, o desenvolvimento industrial urbano exigiu a produção de uma série de serviços complementares e modernos. Desta forma, as economias urbanas europeias puderam responder com eficiência a produção não só do comércio, mas dos transportes, das finanças e dos serviços de educação e saúde pública. Na América Latina, e em particular no Brasil, a industrialização tardia desencadeou um processo de urbanização diferente do europeu.

Nos anos de 1929-1933, a industrialização proporcionou uma lenta expansão urbana, mas nas décadas seguintes a urbanização ocorreu de forma abruptamente acelerada e concentrada em São Paulo. Nas fases da industrialização restringida e pesada, em que pese o fato de que a indústria urbana tenha incorporado uma grande quantidade de mão de obra nos setores recém-implantados, ainda assim a geração do emprego urbano não foi suficiente para absorver toda a população emigrante que saía do rural atrasado.

Isto se deve ao fato de que, de um lado, a modernização das indústrias tradicionais de bens de consumo não-duráveis acabou expulsando mão-de-obra; de outro lado, o rápido avanço da industrialização nas principais cidades do Sudeste não se deu de forma complementar ao setor produtor de serviços não gestando assim as condições à ampliação do emprego do terciário produtivo. Nas palavras de Cano (1985, p. 19):

Como não se completa a estrutura industrial, não se cria ainda a condição para um aprofundamento técnico maior do setor serviços. Contudo, há que registrar que este sofreu importantes mudanças, principalmente no comércio e transporte, que o capacitou a dar o necessário suporte à expansão industrial. O terciário, assim, cresceu de forma “anormal”, aumentando a ocupação em compartimentos “produtivos”, ao mesmo tempo em que “inchava” outros – principalmente os serviços pessoais – de baixa produtividade, amortecendo parcialmente a procura de emprego. É a partir daí que a chamada economia “informal” de serviços acentua a sua presença. Com isto, o crescimento urbano da cidade de São Paulo e seu entorno adquiriu a forma de metropolização, adensando e conturbando o espaço.

O avanço da industrialização em direção à agricultura, sobretudo nos anos 70, culminou com a modernização da agricultura, contudo essa modernização ficou restrita a alguns setores e regiões que acabou provocando um novo êxodo rural – gerado tanto pelo



progresso quanto pelo atraso das regiões atingidas – em direção as grandes cidades do centro-sul e também para a Amazônia paraense. De fato, parte substancial desse êxodo rural migrou para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando assim as camadas sociais da economia informal, das favelas e da marginalidade; e parte migrou sob o estímulo do Estado nacional à fronteira agrícola da Amazônia paraense. Vejamos, na seção seguinte, a heterogeneidade regional da urbanização na Amazônia paraense.

### **3.1. O padrão urbano tradicional das cidades da Amazônia paraense**

Depois da criação da cidade de Belém no século XVII, como estratégia de defesa e conquista demarcatória do território amazônico pelo colonizador português, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia foram incipientes. Durante quase três séculos, que se seguem após a criação da cidade de Belém, apenas pequenos aglomerados humanos surgem dispersos nas margens dos rios amazônicos.

Essas pequenas cidadelas funcionavam como entrepostos do comércio das drogas do sertão do projeto de povoamento do Estado metropolitano português. Para Oliveira e Schor (2008, p.16-17), “a partir do século XIX, com a economia da borracha, intensificou-se a ocupação humana na Amazônia com a criação e/ou recriação de vários povoados, ao longo dos rios Madeira, Purus e Juruá, que serviram de apoio à exploração do látex e que, posteriormente, foram transformados em vilas e cidades”.

Depois da crise da economia da borracha, por volta de 1910, algumas cidades apresentaram um crescimento que se estendeu até 1960: a cidade de Marabá no Sul do Pará em decorrência da pecuária e do extrativismo da castanha; as cidades do Médio Amazonas, especialmente Santarém, no Pará, e Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, no Amazonas, por conta da agricultura da Juta. Na década de 40, a mudança mais importante, do ponto de vista territorial, foi a criação dos territórios federais: Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá, este último subtraído do território do Pará.

A dinâmica urbana da Amazônia paraense é configurada pela grande cidade de Belém, outras cidades de porte médio e uma rede de pequenas cidades ribeirinhas. Uma das principais características desse processo histórico de criação de cidades na região é o fato da maioria delas ficarem situadas nas margens dos rios da Amazônia formando uma “rede” de cidades interligadas por meio dos rios – as cidades ribeirinhas.

As cidades ribeirinhas, como são conhecidas na Amazônia paraense, formam um continuum de pequenas aglomerações urbanas, mas que são importantes pela formação de uma ampla rede de trocas econômicas, comerciais, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham no espaço. A navegação fluvial – realizada através do emaranhado de cursos d’água das diversas bacias hidrográficas organizadas a partir da referência principal do Grande Rio Amazonas – é o principal meio de transporte responsável pela ocupação humana desde os tempos imemoráveis.

A urbanização da Amazônia paraense - nascida com os ciclos econômicos extrativos - permaneceu assim, em níveis do século XIX, pelo menos até a década de 60. A disposição geográfica dos núcleos urbanos obedecia à distribuição fluvial, seguindo um padrão disperso, à exceção das cidades produto da colonização da Zona Bragantina no Pará que foram criadas ao longo da ferrovia que ligava Belém-Bragança.

Não obstante, esse padrão tradicional de urbanização é profundamente alterado pela tecnologia das grandes rodovias e das mega-usinas hidrelétricas que abre espaço à emergência de um padrão de urbanização moderna. Becker (2005) foi uma das primeiras a reconhecer a novidade da natureza urbana do processo de formação das cidades na Amazônia paraense. A própria autora observa que na Amazônia brasileira a urbanização não é uma consequência da expansão da agricultura, pois para ela a fronteira nasceu urbanizada e mantém um ritmo de urbanização mais rápido do que o restante do Brasil.

### **3.2. O Padrão Urbano Moderno das Cidades da Amazônia Paraense**

As metáforas usadas para descrever a Amazônia – tais como El Dourado, 2º Éden, Inverno Verde, Pulmão do Mundo e Última Fronteira – têm em comum a evocação da imagem de que a Amazônia é essencialmente uma região rural, coberta por uma imensa floresta tropical úmida e pela maior bacia hidrográfica do mundo com especial destaque para o majestoso Rio Amazonas, onde vivem esparsamente índios, seringueiros, caucheiros, fazendeiros, camponeses, caboclos e outros tipos culturais. Essa imagem popularizada da Amazônia como uma consequência da importância ecológica e ambiental da sua floresta tropical úmida, entretanto, choca-se com o paradoxo da recente urbanização da Amazônia.

Segundo Castells (1983, p. 24):

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana.

Esta noção tem uma dupla finalidade: i) Fazer corresponderem formas ecológicas e um conteúdo cultural dominante (urbano) sobre o dominado (rural); ii) sugerir uma ideologia da produção de valores sociais a partir de um fenômeno considerado “natural” de densificação e de heterogeneidade sociais.

No Brasil, a urbanização ocorreu de forma diferente da dos países de capitalismo avançado. A dimensão débil da indústria e da economia urbana brasileira não foi capaz de acomodar o excedente demográfico que saía do grande reservatório de mão-de-obra que existia no mundo rural. Na região Norte, ao contrário do Sudeste, a urbanização foi mais o resultado da expansão da “fronteira” do que da modernização da agricultura. A noção urbana, oposta à rural, tem historicamente um significado sociológico: oposição espacial-setorial da riqueza (urbano-industrial) à pobreza (rural-agricultura).

A própria definição de urbano e de rural está associada a história dos censos demográficos. O urbano é geralmente a sede do município; enquanto o rural é definido mais pela diferença e distância do que seja o espaço urbano. A ideia quantitativa é tão presente que município e cidade são, às vezes, tratados como sinônimos nos escritos sobre o tamanho de municípios. A maioria dos estudos urbanos dá preferência às cidades grandes do centro econômico nacional dos países.

Outro fenômeno urbano importante, porém pouco investigado, diz respeito ao crescimento das cidades pequenas e médias, sobretudo daquelas da fronteira urbana. Santos (1979) não acha correto classificar as cidades só pelo critério de tamanho da população ou do seu produto. Ao invés de chamar cidades pequenas. Para ele, a cidade local deve ser entendida como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda a população, função esta que implica uma vida de relações.

As cidades locais são espaços territoriais que possuem uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações humanas deixam de servir apenas às necessidades das atividades primárias para servir as múltiplas necessidades do aglomerado urbano, com verdadeira

especialização do espaço. Diferentes das cidades ribeirinhas que nasceram as “beiras dos rios” nas regiões de fronteiras do século passado – cuja população rural esteve isolada do mundo exterior pela falta de meios de transporte e comunicação – as cidades locais das “beiras das estradas” da Amazônia paraense contam com fluxos globais de informação, de telecomunicação, de comércio com o mundo exterior e com o suporte financeiro das políticas públicas do governo federal e estadual que auxiliam os governos locais com recursos públicos provenientes das transferências constitucionais, a exemplo do FPM, e das transferências intergovernamentais para financiar obras públicas locais.

Nas décadas de 60 e 70, as cidades da Amazônia paraense passaram a funcionar como recurso estratégico e base logística para um padrão de ocupação produtivo, em bases capitalistas, antes mesmo da implantação dos projetos econômicos, agropecuários e industriais. Neste contexto, as tradicionais “cidades ribeirinhas” perderam espaço e funcionalidade no novo modelo de ocupação produtiva para os novos espaços definidos pelo Estado-planejador.

Em sua origem histórica, a questão urbana brasileira não está dissociada da questão agrária. Basta lembrar que a travessia de uma economia rural-exportadora para uma economia urbano-industrial significou uma mudança na estrutura daquelas cidades que receberam um grande fluxo migratório vindo do meio rural do Norte-Nordeste em busca de emprego na cidade de São Paulo.

A questão regional surge, portanto, como uma preocupação do Estado brasileiro para reduzir o grande fluxo migratório que partia dos estados do Nordeste em direção a São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos 1970-90, houve um crescimento das cidades de porte médio no Brasil. Este crescimento, por certo, foi acompanhado por um novo movimento migratório partindo do meio rural e também das grandes cidades em direção as cidades médias mais próximas. As cidades médias serviram de “diques” impedindo que parte do êxodo rural fosse dirigida para as grandes metrópoles urbanas do país.

As cidades médias foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem urbana; enquanto isso as regiões metropolitanas foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem rural. Uma possibilidade explicativa seria o fato de que parte significativa dos imigrantes urbanos que se dirige para as cidades médias seja formada por ex-moradores dos centros

urbanos nacionais que, por suas boas habilidades profissionais, conseguem valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias.

Entre 1970/1980, mais de 60% do incremento da população na Região Norte foi absorvido pelas suas pequenas, médias e grandes cidades, existentes e em formação, de modo que a “fronteira agrícola tornou-se uma fronteira urbana”. Não se trata de uma urbanização na fronteira, mas de uma urbanização da fronteira, enfatiza Sawyer (1987, p. 46). Portanto, é um grave erro imaginar que a Amazônia paraense, como uma região rural coberta por densas florestas.

Essa falsa imagem é negada pelo rápido crescimento da população urbana na Região norte do país. A partir de 1968, com o I PND, o Pará passou a ser vista como uma alternativa para desviar uma parte do fluxo migratório de nordestinos que se dirigia às grandes cidades do Sudeste. Os projetos do governo de colonização agrícola familiar e os grandes projetos econômicos de mineração, agropecuários e de usinas hidrelétricas foram os principais vetores de atração de mão-de-obra à Amazônia paraense.

A transição de uma economia rural para uma economia urbana no Brasil ocorreu nas décadas 60-70, de acordo com os censos demográficos do IBGE. Já os estados da Região Norte tornaram-se urbanizados – com uma população urbana da região superior a 50% da população total – nas entre as décadas de 1980-1990. Enquanto a população urbana do Brasil saltava de 24,9 % (1920) para 81,2% (2000); a população urbana do Norte subia de 24,9% (1920) para 69,9% (2000).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O notável crescimento populacional da Região Norte, sobretudo entre 1970-1980, deve-se, em grande parte, aos fluxos migratórios de outras regiões que se dirigiram para a Amazônia. De fato, neste período, os dados do IBGE mostram que a região Norte recebeu uma população de migrantes de aproximadamente de 852 mil pessoas originárias de fluxos inter-regionais oriundos das regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste (67,99%), Centro-Oeste (45,60%) e Sudeste (38,74%). Brasil e Moura (1997, p. 64-65) lembram que dos estados da Região Norte, os que mais receberam migrantes foram o Pará (374 mil pessoas) e Rondônia (281 mil pessoas).

Nestes termos, o processo de urbanização na Região Norte assume formas distintas da Região Centro-Sul. Por exemplo, a urbanização do estado do Amazonas está intensamente concentrada na cidade de Manaus – capital do estado – como uma consequência do Distrito Industrial Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM) que desde o início atraiu parte significativa da população rural e praticamente esvaziou o interior. A cidade de Manaus recebeu 93,13% da população migrante, entre 1980/91.

Essa situação foi diferente no Estado do Pará que já possui uma rede de pequenas cidades que davam suporte as atividades rurais. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 e 1991, o fluxo de imigrantes que se dirigiu para as aglomerações urbanas do Pará evoluiu só de 35,98% (1970/80) para 50,60% (1980/91), sendo que uma parcela significativa da expansão da população do Pará é devida ao fluxo de imigração interestadual da própria Região Norte, de 43,89%, entre 1970/80, e de 37,90%, entre 1980/91.

As cidades ligadas às indústrias de mineração, madeireira, siderúrgica e de construção civil têm experimentado um novo dinamismo que estão conformando uma rede urbana no Pará, seja através da multiplicação de novos núcleos urbanos, seja pela reestruturação de núcleos urbanos tradicionais.

Essa urbanização tem contribuído para redução da importância econômica da cidade de Belém em face do crescimento econômico das pequenas e médias cidades na fronteira fora de sua órbita. A Região Metropolitana de Belém (RMB) – formado pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Barbara – concentra 70,86% da população residente em área urbana e 29,00% do total da população do Pará.

Para Browder e Godfrey (1997, p. 01-05), “as pequenas, médias e grandes cidades formam na fronteira amazônica uma periferia urbana de características distintas de outras regiões brasileiras e de outros países”. O processo de urbanização em curso no estado do Pará ocorre pelo aparecimento de novas cidades e pelo crescimento das velhas. O mapa regional dos centros urbanos contemporâneos revela uma concentração de pequenas e médias cidades na Amazônia paraense, próxima a região metropolitana de Belém, no Sudeste do Pará e também na bacia do rio Amazonas entre as cidades de Santarém e Manaus.

Por fim, o recente processo de urbanização da Amazônia reflete, em parte, uma continuação do crescimento das cidades de Belém e Manaus, cada uma tornando-se um centro



de uma ampla região metropolitana que irradia seus efeitos econômicos e culturais às cidades mais próximas.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Nordeste, Nordestes, Que Nordeste”. In: *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, UNESP, 1995.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Brasil nos Anos 90: opções estratégicas e a dinâmica regional”. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. RJ, Revan/Fase, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. “Brasil: o modelo de desenvolvimento”. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

BECKER, Bertha K. “Dinâmica Urbana na Amazônia”. In: *Economia e Território*. Clélio Campolina Diniz & Mauro Borges Lemos (Org.). Belo Horizonte, UFMG, 2005.

BRASIL, M.C.; MOURA, H. A. de. “Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória”. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.137, nº 1, 1997.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Rainforest Cities: Urbanization, Development, and Globalization of the Brazilian Amazon*. New York, Columbia University Press, 1997.

CASTELLS, M. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

COSTA, José Marcelino M. da. Amazônia: Recursos Naturais, Tecnologia e Desenvolvimento (Contribuição para o Debate). In: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. José Marcelino Monteiro da Costa. (Ed.). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global, 1985.

CANO, Wilson. *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Campinas, EEMPLASA.  
(Texto elaborado para o seminário “A cidade e a nova ordem econômica”), 1986.

CASTRO, Antônio Barros de. “Indústrias regionais e a industrialização central”. In: 7 *Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Vol.I. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.

CASTRO, Antônio Barros de. “A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro”. In: 7 *Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Vol.II. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: *Revista Nova Economia*, UFMG. Vol.06, 1994.

GALVÃO, Olímpio J.A. “Concentração industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1989”. *Análise Econômica*. 9 (15), 1991.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de doutorado), 1986.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Oliveira, J.A; Shor, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: Castro, Edna. (org.) *Cidade na Floresta*. São Paulo: Anna Blume, 2008.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da Nação*. Campinas, SP, IE/UNICAMP, 1998.

SANTOS, Milton. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo, Hucitec/USP, 1978.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979.



SAWYER, D. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil”.In:*A urbanização da fronteira*. Lena Lavinás. (Org.). Rio de Janeiro, Publitur/UFRJ. (Série monográfica, 5, v.1), 1987.